
RELAÇÕES ENTRE AUTOGESTÃO E CIDADANIA: O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO EM UMA COOPERATIVA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CIDADÃO

RELACIONES ENTRE AUTO-GESTIÓN Y CIUDADANÍA: EL PAPEL DE LA PARTICIPACIÓN EN UNA COOPERATIVA EN LA CONSTRUCCIÓN Y LA IDENTIDAD DEL CIUDADANO

RELATIONS BETWEEN SELF-MANAGEMENT AND CITIZENSHIP: THE ROLE OF PARTICIPATION IN A COOPERATIVE AND THE CITIZEN IDENTITY CONSTRUCTION

Fernando Petersen, Thiago Galdino de Souza e Andréia de Araripe Lopes

Faculdade Guilherme Guimbala, Joinville/SC, Brasil

RESUMO

Investigamos a produção de identidades no contexto autogestionário, visando as relações entre a inserção nesse contexto e a construção da identidade de cidadão. A pesquisa foi realizada com sócios de uma cooperativa de reciclagem situada em Joinville. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas acerca da história de vida dos participantes e de conceitos como cidadania, política, participação e cooperativismo. Os dados foram analisados a partir da categorização das falas. Buscou-se, através da identificação dos sentidos atribuídos, levantar indícios da influência da inserção na cooperativa sobre a construção da cidadania enquanto constituinte da identidade dos cooperados. Observou-se que a inserção na cooperativa promoveu a participação nos espaços de luta política e o aprofundamento do vínculo com a comunidade. Contudo, esta luta mostrou-se significativa somente quando os interesses da cooperativa estavam em jogo. Acredita-se que isto ocorre porque a cooperativa é investida de afeto pelos cooperados, tornando-se parte de suas identidades.

Palavras-chave: Autogestão; cidadania; identidade; economia solidária.

RESUMEN

Investigamos la producción de identidades en el contexto de autogestión, buscando relaciones entre inserción en este contexto y construcción de identidad. Se realizaron entrevistas individuales semiestructuradas sobre historia de vida y conceptos como ciudadanía, política, participación y cooperación con los miembros de una cooperativa de reciclaje ubicada en Joinville. Se analizaron los datos en base a la categorización de expresiones. Se buscó, mediante la identificación de los sentidos asignados, recaudar evidencias de la influencia de su inclusión en la cooperativa y la construcción de la ciudadanía como un constituyente de la identidad. Se observó que la inclusión promovió la participación en espacios de lucha política y profundizó el vínculo con la comunidad. Sin embargo, esta lucha fue significativa sólo cuando los intereses de la cooperativa estaban en juego. Se cree que esto se debe a que la cooperativa es investida de afecto, pasando a formar parte de la identidad.

Palabras clave: Autogestión; ciudadanía; identidad; economía solidaria.

ABSTRACT

We study on the production of identities in the context of self-managed, aiming to analyze the correlations between the insertion in this context and the building of the citizen identity. The survey was conducted with members of a cooperative recycling in Joinville. Semi-structured interviews about the life history of the participants were performed, discussing concepts such as citizenship, politics, participation and cooperative. From the categorization of speeches we sought to raise evidence of the influence of inclusion in the cooperative on the construction of citizenship as a constituent of the identity of members. It was observed that the inclusion in the cooperative promoted the participation in the spaces of political struggle, deepening the bond with the community. However, this fight was significant only when the cooperative's interests were at stake. We believed that this occurs because the cooperative is vested with affection for the members, becoming part of their identities.

Keywords: Self-management; citizenship; identity; solidarity economy.

Introdução

Com a intensificação dos programas neoliberais, a partir da década de 1980 e, principalmente, de 1990, vem ocorrendo, em paralelo, a expansão e o desenvolvimento de iniciativas econômicas que compõem a chamada Economia Solidária. As causas apontadas para explicar este crescimento são atribuídas, em grande parte, às transformações que ocorreram no mundo do trabalho em função da globalização e da reestruturação produtiva, das quais resultam o aumento do desemprego e a flexibilização/precarização das relações de trabalho (Azambuja, 2009).

Assim, as iniciativas de Economia Solidária atingem aqueles que estão excluídos do mercado formal de trabalho e que buscam alternativas para geração de renda. No Brasil, o que diferenciaria os empreendimentos solidários das demais iniciativas, que surgem pelas mesmas razões estruturais, seria o fato de que eles estariam organizados em forma de autogestão (Azambuja, 2009). No entanto, para Singer (2002), além de possibilitar a geração de renda, o trabalho autogestionário possui um potencial educativo que permite, através das experiências práticas que envolve, transformar o comportamento dos indivíduos.

Diante dessa possibilidade, o presente trabalho consiste em uma pesquisa de campo, realizada com sócios de uma cooperativa de reciclagem, situada em Joinville, por meio da qual se analisa a produção de identidades dentro do contexto laboral autogestionário, especificamente no que diz respeito às relações existentes entre a inserção neste contexto e a promoção da cidadania.

No entanto, antes da análise dos resultados obtidos, considera-se importante esclarecer os pressupostos teóricos utilizados. Estes pressupostos referem-se aos conceitos de identidade, de autogestão e de cidadania.

Identidade, cidadania e autogestão

Segundo Berger e Luckmann, “a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais” (1985, p.228). Segundo Ciampa, “a identidade se concretiza na atividade social ... Uma identidade que não se realiza na relação com o próximo é fictícia, é abstrata, é falsa” (Ciampa, 2001, p. 86). Ao se analisar tais pressupostos, entende-se que a identidade é construída nas relações sociais, de modo que pode ser considerada a materialização dessas relações. Essas afirmações, no entanto, não

significam que a identidade possa ser reduzida a uma mera reprodução da ordem social, muito pelo contrário, consiste em “um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade” (Berger & Luckmann, 1985, p.230), podendo, deste modo, ser definida como um processo de “metamorfose” (Ciampa, 2001), ou seja, como um processo em que o sujeito, ao transformar socialmente sua realidade, transforma também sua própria identidade.

Nesse sentido, entende-se que a produção da identidade efetiva-se na atividade, ou seja, no desempenho dos papéis sociais internalizados pelo sujeito, constituindo as diversas facetas de seu eu. Nas palavras de Berger e Luckmann, “um segmento de personalidade objetiva-se em termos de tipificações socialmente válidas. Este segmento é o verdadeiro ‘eu social’, que é subjetivamente experimentado como distinto do eu em sua totalidade, chegando mesmo a defrontar-se com este” (1985, p.102). Para explicar essa questão, Ciampa desenvolve o conceito de “personagem”, que se refere às formas subjetivadas dos diversos papéis sociais exercidos cotidianamente por uma mesma pessoa, como, por exemplo: pai, filho, trabalhador, etc. Nas palavras do autor:

São múltiplas personagens que ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam. Estas diferentes maneiras de se estruturar as personagens indicam como que modos de produção da identidade. Certamente são maneiras possíveis de uma identidade se estruturar; quando há predominância de uma talvez se pudesse falar num modo dominante de produção. (Ciampa, 2001, p.156)

Dessa forma, pode-se dizer que, enquanto atores, os seres humanos estão sempre em busca de novas personagens, metamorfoseando suas identidades. Contudo, existem contextos sociais onde novas personagens não são possíveis e, sendo assim, a pessoa acaba por desempenhar sempre as mesmas, entrando na condição que Ciampa denomina de “mesmice” ou “má-infinitude” (Ciampa, 2001). Nesse sentido, o autor afirma que a identidade é pressuposta e re-posta. Pressuposta, porque “interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. A tendência é nós nos predicarmos coisas que os outros nos atribuem” (Ciampa, 2001, p.131), ou seja, as pessoas tendem a interiorizar, como suas, as características, as predicções do papel social que desempenham. A re-posição, por sua vez, surge da expectativa social de que a pessoa deve agir sempre conforme tais predicções.

Re-atualizamos, através de rituais sociais, uma identidade pressuposta, que assim é vista como algo dado (e não se dando continuamente através da re-

posição). Com isso, retira-se o caráter de historicidade da mesma, aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, re-produzimos o social. (Ciampa, 2001, p.163)

Desse modo, entende-se que, em função da re-posição, o indivíduo aparece como dotado de uma identidade permanente e estável, que Ciampa chama de “identidade-mito”. Assim, acontece um “fetichismo da personagem, que ... Vai ocultar a verdadeira natureza da identidade como metamorfose” (Ciampa, 2001, p.140).

Assim, pode-se dizer que uma identidade pressuposta é re-posta quando uma determinada personagem é constantemente reafirmada e, em função disto, prevalece sobre as demais, tornando-se identidade-mito. Contudo, se forem cessadas as pressões sociais que promovem a re-posição desta identidade – o que pode se dar por meio da inserção da pessoa em outro grupo social –, as outras personagens – “o outro *outro* que também sou eu” (Ciampa, 2001, p.181) –, podem ganhar força, possibilitando a construção da chamada “identidade-metamorfose”.

Embora tenha se falado sobre a alternância de personagens, identidade-metamorfose não significa a inexistência de um sujeito coerente e integrado; muito pelo contrário, diz respeito a um sujeito que tem a possibilidade de criar e interpretar as personagens com as quais verdadeiramente se identifica ou, como coloca Ciampa, de “ser-para-si”.

Ser-para-si é buscar a autodeterminação (que não é a ilusão de ausência de determinações exteriores); ... Procurar a unidade da subjetividade e da objetividade, que faz do agir uma atividade finalizada, relacionando desejo e finalidade, pela prática transformadora de si e do mundo (Ciampa, 2001, p.146).

Dessa forma, entende-se que a identidade-metamorfose é atingida quando o sujeito, na busca pela autodeterminação, constrói seu próprio projeto de identidade, tendo em vista aquilo que deseja e o que lhe é objetivamente possível. Em outras palavras, construir uma identidade-metamorfose significa transformar sua vida naquilo que, segundo seu julgamento, “merecer-vivido, sob as condições dadas” (Ciampa, 2001, p.212).

Segundo Hall, em função das constantes mudanças estruturais e institucionais que se dão nas atuais sociedades pós-modernas, o sujeito “assume identidades diferentes em diferentes momentos” (Hall, 2002, p.13), característica da identidade-metamorfose. Contudo, entende-se que o sujeito pós-moderno não transforma sua identidade em função da busca pela autodeterminação, de ser-para-si, mas é transformado

em função das mudanças estruturais descritas por Bauman (2001), que são promovidas, de modo geral, pela globalização e pelas necessidades da sociedade de consumo.

Para a melhor compreensão da produção de identidades na realidade das sociedades pós-modernas seria necessário a realização de um estudo focado neste tema – que não é a proposta do presente trabalho –, contudo, com o que foi exposto acima, é possível compreender que a identidade-metamorfose não se refere unicamente às transformações da identidade do sujeito, mas, principalmente, à capacidade do sujeito de transformar sua própria identidade.

Nesse sentido, Ciampa conclui que

Só a ampla discussão e reflexão sobre o que merece ser vivido nos levará a formular projetos de identidade, cujos conteúdos não estejam prévia e autoritariamente definidos. Identidades que se definam pela aprendizagem de novos valores, novas normas, produzidas no próprio processo em que a identidade está sendo produzida ... Identidades que tenham o suporte de comunidades em que todos tenham as mesmas oportunidades de – cada indivíduo – afirmar seu interesse para uma interpretação universalista, com comunicações fluidificadas, que outra coisa não são senão a velha democracia (que pensamos conhecer, embora de fato quase sempre só conheçamos contrafações dela) (Ciampa, 2001, p.241).

A democracia, então, como condição necessária à busca da autodeterminação, depende da existência de espaços em que as pessoas reflitam e discutam sobre o que merece ser vivido, ou seja, espaços onde todos tenham voz e vez nos processos de decisão referentes aos rumos tomados pela coletividade, bem como sobre as formas de convívio decorrentes das decisões políticas firmadas entre elas. Observa-se, assim, que a forma mais significativa de vivenciar a democracia é no exercício da cidadania.

O conceito de cidadania adotado neste artigo remete à concepção clássica, segundo a qual a cidadania é definida como uma “construção coletiva vinculada à participação dos membros de uma determinada sociedade em suas decisões, garantindo-se direitos e deveres iguais, sem privilégios de uns sobre os outros” (Minayo et al., 1999, p. 16, citado por Monteiro, 2006, p.18). Amorim, por sua vez, afirma que “a noção de cidadania remete à cristalização dos direitos civis, políticos e sociais, caracterizando uma situação de inclusão e de pertencimento dos cidadãos à comunidade política” (Amorim, 2007, p.368).

A partir dessas definições, entende-se que a cidadania consiste na participação dos membros de

uma determinada sociedade nos processos políticos que determinam o seu destino, ou seja, a cidadania relaciona-se intimamente com a política. Esta relação fica ainda mais evidente tendo-se em vista que, conforme afirma Dahl, “O homem defronta-se com política na direção do país, da cidade, da escola, igreja, firma comercial, sindicato, clube, partido político, associação cívica e em numerosas entidades... A política é um dos fatos inevitáveis da existência humana” (Dahl, 1970, p.12, citado por Petersen, Corsetti, Pedroso, & Ulrich, 1998, p.15).

De tal modo, observa-se que a participação política não se dá somente por meio de mecanismos instituídos de pressão e reivindicação política, como é o caso dos partidos políticos, mas diz respeito à responsabilização do indivíduo frente ao destino comum, abrangendo diversas possibilidades de luta pela transformação do presente, mesmo que de baixo para cima (Castro, 2008), ou seja, por meio da atuação em ONGs, movimentos sociais, associações de bairro, instituições de cunho religioso, etc.

Assim, cidadão é a pessoa que se interessa pelo destino da coletividade – seu bairro, sua cidade, seu país, seu planeta –, assumindo-se responsável por ela e participando, ativamente, dos processos políticos que definem seus rumos. O verdadeiro cidadão, então, é aquele que tenta “buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade” (Tocqueville citado por Bauman, 2001, p.45).

A autogestão, por sua vez, diz respeito à forma como são administrados os empreendimentos que compõem a Economia Solidária, um modelo alternativo de produção que tem, como princípios básicos, “a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (Singer, 2002, p.10). Assim, uma vez que todos os trabalhadores são proprietários do empreendimento, todos são também responsáveis pela sua gestão. Segundo Singer,

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, ... Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras ... Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. (Singer, 2002, p.18)

Dessa maneira, observa-se que a prática da autogestão, na Economia Solidária, é semelhante ao exercício da cidadania, pois, do mesmo modo como, em uma cidade ou comunidade, os cidadãos organizam-se para administrar ou influenciar a administração dos empreendimentos públicos, fazendo votações para eleger representantes e para

tomar decisões; em uma cooperativa, por exemplo, os cooperados organizam-se para administrar, democraticamente, os empreendimentos econômicos, fazendo votações em assembleias para eleger delegados e tomar decisões.

Acredita-se que a prática da autogestão pode possibilitar aos trabalhadores ter voz e vez em processos que remetem à escolha do que merece ser vivido. Esta possibilidade, embora se situe em apenas uma das esferas de suas vidas – a esfera laboral –, pode ser expandida para as demais esferas, inclusive, para a esfera política, contribuindo no sentido de promover o exercício da cidadania.

Deve-se mencionar também que, de acordo com os valores da Economia Solidária, cada empreendimento deve operar em função da qualidade de vida de seus membros e, ao mesmo tempo, de toda a sociedade, de todo o ecossistema (Coraggio, 2001, citado por Guareschi & Veronese, 2009). Sendo assim, entende-se que a inserção num empreendimento solidário tenderia a ensinar ao sujeito como buscar seu bem estar individual por meio do bem estar coletivo, o que, por sua vez, também é uma característica do cidadão.

Cidadão *versus* indivíduo

Tendo em vista o que foi discutido anteriormente sobre cidadania, e fazendo uso das terminologias de Ciampa (2001), pode-se dizer que, ao interpretar a personagem cidadão, a pessoa se implica na construção de uma identidade-metamorfose, que se realiza por meio de uma prática transformadora de si e do mundo. De tal modo, ser cidadão é ser-para-si, é buscar a autodeterminação, pois, ao lutar por seus direitos, o cidadão luta para viver uma vida que, segundo seu julgamento, merece-ser-vivida.

Contudo, certas classes sociais – principalmente aquelas que padecem diante da exploração capitalista – internalizam visões de mundo que acobertam os fatores determinantes de sua realidade social, ficando impossibilitadas de compreender, de criticar e, conseqüentemente, de transformar esta realidade (Simionatto, 2009). Assim, o exercício da cidadania é dificultado pela crença de que a realidade social, por mais injusta que ela seja, não pode ser modificada, uma vez que já se encontra em seu estado natural. Essa visão de mundo – que oculta os fatores históricos envolvidos – corresponde ao que Marx e Engels (1846/1998) denominam ideologia, isto é, quando as ideias das classes dominantes tornam-se as ideias dominantes na sociedade.

Segundo Simionatto (2009), a ideologia é disseminada, principalmente, através dos chamados “aparelhos privados de hegemonia”, dentre os quais, os meios televisivos e os demais veículos da mídia, por exemplo. Estes aparelhos são responsáveis, em grande parte, pela formação do senso comum, “do qual são expelidos a política, a participação, a vida em relação aos outros, o sentido de comunidade” (Liguori, 2003, p. 186, citado por Simionatto, 2009, p.42). O senso comum, derivado da ideologia dominante, legitima a realidade social e oculta as formas de transformá-la, as quais passam, necessariamente, pela mobilização organizada das pessoas frente ao cenário político, ou seja, pelo exercício da cidadania.

De acordo com Ciampa, “uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia” (Ciampa, 2001, p.127). Sendo assim, pode-se dizer que as identidades construídas dentro do contexto descrito acima são dominadas pela personagem que será chamada, neste trabalho, de indivíduo, entendido conforme a seguinte descrição: “O indivíduo é o pior inimigo do cidadão ... O indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à ‘causa comum’, ao ‘bem comum’, à ‘boa sociedade’ ou à ‘sociedade justa’” (Bauman, 2001, p.45). O indivíduo, portanto, é a materialização da ideologia dominante, que visa afastar as pessoas das questões sociais e políticas.

Método

O presente estudo consiste em uma pesquisa de cunho qualitativo, realizada com sócios de uma cooperativa de reciclagem, situada em Paranaguamirim, bairro economicamente carente de Joinville. A pesquisa foi realizada no ano de 2010, quando a cooperativa já estava em funcionamento há sete anos, e o contato entre pesquisadores e instituição participante foi realizado, inicialmente, por intermédio de uma organização não governamental (ONG) que assessora o empreendimento.

Uma vez estabelecido o contato, verificou-se a disponibilidade dos cooperados para participar, de forma voluntária, da pesquisa. As entrevistas foram semiestruturadas, orientadas por um roteiro inicial de trinta perguntas, com todas as nove cooperadas e com o único cooperado do gênero masculino. O roteiro continha questões acerca da história de vida de cada participante, bem como a respeito de conceitos como cidadania, política, participação política e cooperativismo. Os dados coletados foram analisados a partir da categorização das falas dos participantes (Aguiar, 2007), nas quais se buscou, através da identificação dos sentidos (Aguiar, 2007; Bock, 2003;

Vygotsky, 1934/2001) atribuídos pelos mesmos aos temas citados acima, levantar indícios da influência da inserção na cooperativa sobre a construção da cidadania enquanto elemento constitutivo da identidade dos cooperados. As entrevistas foram realizadas, de forma individual, no escritório da cooperativa, onde permaneciam, apenas, participante e pesquisador. Na oportunidade, explicitavam-se os objetivos da pesquisa e a necessidade do uso do gravador. Foi garantido, aos participantes, o anonimato e a confidencialidade das respostas, indicando que estas seriam analisadas em conjunto. Todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

As gravações foram transcritas na íntegra e, em seguida, foram iniciadas “leituras flutuantes” para familiarização e apropriação dos conteúdos presentes nas narrativas. Seguiu-se, então, com a aglutinação dos indicadores por similaridade, complementaridade ou contraposição, de modo que se chegou aos chamados núcleos ou categorias de significação, que expressam os pontos fundamentais que trazem implicações para o sujeito, revelando suas determinações constitutivas (Aguiar, 2007). Essas categorias de significação, por sua vez, remetem aos conceitos de sentido e significado. De modo geral, para Vygotsky (1934/2001), o significado de uma palavra refere-se a um signo, isto é, a seu conceito generalizado e compartilhado socialmente. O sentido, por sua vez, remete ao modo individual como a pessoa interpreta um conceito, com base em seu contexto social e histórico, ou seja, o sentido reflete a subjetividade da pessoa.

Pode-se dizer, assim, que os significados socialmente construídos são internalizados pelas pessoas e são utilizados por elas para dar sentido à realidade e a si mesmas. Este sentido reflete, por sua vez, a identidade da pessoa, pois, segundo Ciampa (2001) e Berger e Luckmann (1985), a identidade emerge do confronto entre realidade objetiva e realidade subjetiva, isto é, da dialética entre desejos (que remetem à internalização subjetiva dos significados socialmente produzidos) e possibilidades objetivas de se dar vazão a esses desejos enquanto projeto de identidade.

Bock (2003) afirma que a linguagem é a unidade de análise para compreensão da consciência, uma vez que, nela, as produções simbólicas sociais (significados) são convertidas em conteúdos subjetivos (sentidos). Desse modo, a metodologia utilizada neste trabalho visa analisar as falas dos participantes por meio de categorias de significação que refletem os sentidos, atribuídos por eles, a determinados temas relacionados ao cooperativismo e à cidadania, permitindo, assim, analisar o impacto da inserção na cooperativa sobre a construção da identidade de cidadão.

As principais categorias exploradas remetem às personagens (terminologia de Ciampa, 2001) manifestadas pelos entrevistados, sendo que as subcategorias, em sua maioria, dizem respeito às características de tais personagens. O objetivo da análise, no entanto, não é concluir se os sujeitos são uma personagem ou outra – já que as diversas personagens podem coexistir lado a lado (Ciampa, 2001) –, mas identificar indícios da existência destas personagens como parte da identidade dos sujeitos da pesquisa, avaliando se e de que forma a inserção na cooperativa contribuiu, especificamente, para a construção e desenvolvimento da personagem cidadão.

Resultados e discussão

De acordo com a Lei do Cooperativismo (Lei n. 5764, 1998), uma cooperativa deve possuir, no mínimo, 20 associados. A cooperativa em questão possui, oficialmente, 20 associados em seu estatuto; no entanto, somente dez pessoas trabalham diariamente no empreendimento. Dessas dez pessoas, sete estavam no empreendimento há sete anos, ou seja, participaram de sua fundação, e as outras três cooperadas juntaram-se ao grupo há menos de seis meses.

Quatro das pessoas entrevistadas encontram-se na faixa etária dos 30 aos 40 anos; outras quatro, na dos 51 aos 60 anos; e duas pessoas têm entre 41 e 50 anos. No que diz respeito à escolaridade, quatro possuem o nível fundamental incompleto, três possuem ensino médio completo e três fizeram apenas o processo de alfabetização. Observa-se, então, que o nível de escolaridade da maioria dessas pessoas é baixo, principalmente tendo-se em vista os padrões exigidos pelo mercado de trabalho atualmente. No entanto, as sete pessoas que trabalham na cooperativa desde sua fundação já passaram por cursos de capacitação e outras formações em empreendedorismo e economia solidária, oferecidos pela ONG que assessora a cooperativa, ou seja, tiveram acesso aos princípios que norteiam as relações de trabalho em um empreendimento desse gênero. As três cooperadas que se inseriram no grupo há menos de seis meses, por outro lado, na ocasião das entrevistas, ainda não haviam passado pelas capacitações.

Como já mencionado acima, das dez pessoas que compõem o empreendimento, nove são mulheres. Nesse sentido, é interessante informar que, em seu início, a cooperativa contava com mais de 20 integrantes, sendo que este número representava uma quantidade quase equivalente de homens e mulheres. Do mesmo modo, chama atenção o fato

de que as mulheres tenham tido maior adesão ao empreendimento.

A análise aprofundada dos fatores que levaram à evasão dos primeiros membros, bem como a maior adesão das mulheres não é o foco deste trabalho; contudo, pode-se supor que a adesão dos homens a esse tipo de trabalho tenha sido baixa em função dos rendimentos não serem suficientes para garantir o sustento da família. Assim, pode-se supor que os homens saíram do empreendimento com o objetivo de realizarem atividades cuja remuneração fosse melhor.

Com relação às mulheres, é provável que tenham persistido na cooperativa, pelo menos em parte, por conta das dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho – tendo em vista a falta de escolaridade e a discriminação de gênero, ainda existente na sociedade brasileira. Contudo, como será analisado mais a frente, parece que o investimento afetivo sobre a cooperativa é o fator mais importante no que diz respeito à persistência destas pessoas na condução de seu empreendimento.

Cabe salientar que o único cooperado do gênero masculino trabalha na cooperativa somente aos sábados, pois tem um emprego público na prefeitura da cidade, onde trabalha todos os dias úteis da semana. Nesse sentido, é importante informar que cada cooperado retira, ao final do mês, uma porcentagem das sobras equivalente ao total de horas trabalhadas.

A análise das entrevistas foi realizada a partir de quatro categorias principais, que, conforme mencionado anteriormente, remetem às personagens que constituem as identidades das pessoas entrevistadas. Essas categorias são: Manifestações da Personagem Cidadão, Manifestações da Personagem Indivíduo, Manifestações da Personagem Cooperado e, por fim, Relações entre a inserção na cooperativa e a cidadania. Cada uma destas categorias é composta por outras subcategorias, que se referem aos diversos aspectos das categorias principais. Surgiram, no entanto, algumas categorias que não puderam ser agrupadas como subcategorias das quatro categorias principais, dando origem a uma quinta categoria, denominada Questões Relevantes.

Manifestação da personagem cidadão

Tendo em vista os conceitos de cidadania descritos anteriormente (Amorim, 2007; Bauman, 2001; Minayo et al., 1999, citado por Monteiro, 2006; Dahl, 1970, citado por Petersen et al., 1998), entende-se que cidadão é aquele que busca seu bem estar individual por meio do bem estar coletivo. Desse modo, o vínculo com a comunidade, a participação política, a discussão

sobre política com familiares e amigos e a valorização da democracia foram consideradas manifestações da personagem cidadão. Deve-se, no entanto, salientar que, como participação política, foi considerada a visão de Dahl (1970, p.12, citado por Petersen et al., 1998), que entende política como a participação em organizações que visem a transformação do presente, como ONGs, movimentos sociais, associações de bairro, instituições de cunho religioso, etc.

Das dez pessoas entrevistadas, seis manifestaram possuir vínculo com a comunidade ou com a sociedade. Oito pessoas, ainda, consideraram importante a participação em organizações ou movimentos relacionados à política, sendo que, dentre elas, encontram-se quatro pessoas que participam, com frequência, e quatro pessoas que participam, esporadicamente, de eventos como as reuniões da câmara de vereadores, do conselho local de saúde e da associação de moradores de seu bairro. Por fim, seis pessoas discutem política com seus familiares e amigos, sendo que duas são afiliadas a partidos políticos e seis demonstraram valorizar a democracia.

Analisar-se-ão, agora, as falas das pessoas entrevistadas, que, para a garantia de sigilo, serão identificadas por nomes fictícios. É importante mencionar que algumas inadequações linguísticas, presentes nas falas dessas pessoas, foram corrigidas, pelos autores deste trabalho, nos trechos citados; contudo, não foi alterado o modo de falar característico dos entrevistados, preservando-se, assim, alguns erros gramaticais.

O vínculo com a comunidade e a participação em ações políticas são pontos que podem ser observados nas falas de cooperados:

A gente vai [na reunião da câmara de vereadores] porque a gente quer o melhor pro bairro né? (Valdívia). Cidadania é a pessoa prestar algum trabalho à comunidade. Você não deve viver só pra ti, tem que viver pra comunidade. Que é o meu caso. Eu trabalho na associação de moradores, na cooperativa, faço parte da igreja católica... Entendeu? (João). Cooperativa é melhorar não só o empreendimento, mas também a comunidade (Jucélia). Pra mim economia solidária é... eu acho, no meu ponto de vista, é assim... É você trabalhar, mas não pra você enriquecer né, é uma coisa que você... trabalha... não só pro teu bem estar, mas também pro bem estar da comunidade, da... da sociedade em si e, principalmente, do meio ambiente né... (Albertina). Bom... como você pode ver na nossa placa ali na frente... o nosso "slogan" é "cooperativa amiga do meio ambiente"... isso é porque a gente não pode pensar só na gente, mas tem que pensar também no planeta (Valdívia). Eu trabalho aqui pra ajudar a sustentar os meus filho, mas a gente aqui pensa

também nas coisa pra trazer melhoria pro bairro... a gente não pode fazer muita coisa, mas a gente pelo menos discute né... daí quem sabe a gente falando pra pessoas que nem vocês [entrevistadores], que fazem esses trabalho, a gente consegue ser mais notado e influenciar mais na sociedade né (Eliane).

Em relação à participação política, há duas questões relevantes. A primeira é que, embora a maioria das cooperadas já tenha participado de reuniões da câmara de vereadores, do conselho local de saúde ou da associação de moradores, poucas são as que o fazem com frequência. A outra questão diz respeito ao fato de que essa participação dá-se, em grande parte, em função dos incentivos da ONG que assessora a cooperativa.

Também é preciso relevar que são poucas as pessoas afiliadas a partidos políticos, sendo que estas já o eram antes de entrar na cooperativa: *"Eu era filiado [ao partido político] logo que cheguei aqui. Mas agora nem fui mais ... Como eu falei pra você, eu participava daquela ONG, fazia parte dessa associação de moradores ... Isso tudo foi antes da cooperativa"* (João). Por outro lado, a subcategoria "valorização da participação em ações políticas" evidenciou-se bastante, como é possível perceber na fala da cooperada Valdívia:

As pessoas precisam se reunir mais. Que nem tem a associação é pra essas coisas, pra buscar essas coisas. Melhoria para nós, segurança. ... Às vezes tem uma coisa pra resolver ali e você tem que conversar com as pessoas, tem que trocar ideias né, com as pessoas.

Contudo, embora admita a importância e a necessidade da organização, da união e da participação das pessoas em ações organizadas diante do cenário político, a maioria apresenta uma participação aquém do que, segundo os próprios entrevistados, seria o correto. As causas para a falta de participação, de acordo com eles, seriam as dificuldades para conciliar interesses e (falta de) tempo. Estas questões podem ser observadas nas falas de Irma e Albertina:

A dificuldade tá... nessa diferença. Diferença de... de grupo, né. Que nem todos os grupos se encaixam (Irma).

O povo não corre atrás porque o povo não tem tempo! Como que vai deixar... Ou você come ou você corre atrás de ajuda para o bairro (Albertina).

Com relação à valorização da democracia, deve-se explicitar que foi considerada, como tal, qualquer manifestação de que a pessoa tem apreço pelo poder compartilhado, bem como aversão ao autoritarismo.

De tal modo, a maioria das falas agrupadas sob essa categoria deu-se quando se falava sobre as diferenças entre uma cooperativa e uma empresa convencional, como é o caso da cooperada Amélia: *“a gente tem que reunir o grupo, decidir em grupo. Não pode decidir um pelo outro. Aí tem que ser o grupo pra decidir junto”* (Amélia).

No que se refere a discutir sobre política, observa-se que quase todas as pessoas que estão na cooperativa desde o início conversam sobre política, principalmente com os outros membros da cooperativa: *“Converso. Aqui mesmo nós já conversamos. Dá briga! Dá xi! O tesoureiro aí, gosta do prefeito, ele votou, ele gosta”* (Eliane).

Manifestação da Personagem Indivíduo.

De acordo com Ciampa, “uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia” (Ciampa, 2001, p.127). De tal modo, pode-se entender que a identidade de uma pessoa se expressa em sua ideologia, em sua visão de mundo. Sendo assim, esta categoria refere-se a indícios que apontem a internalização da ideologia dominante em nossa sociedade capitalista, ou seja, de um senso comum “do qual são expelidos a política, a participação, a vida em relação aos outros, o sentido de comunidade” (Liguori, 2003, p. 186, citado por Simionatto, 2009, p.42).

Assim, entende-se que o indivíduo consiste na personagem que materializa esta ideologia, ou seja, que “tende a ser morno, cético ou prudente em relação à ‘causa comum’, ao ‘bem comum’, à ‘boa sociedade’ ou à ‘sociedade justa’” (Bauman, 2001, p.45). Para avaliar a presença dessa personagem nos entrevistados, portanto, foram criadas as subcategorias: “não manifesta vínculo com a comunidade”; “não valoriza a participação na política”; “não participa em organizações como ONGs, associações de moradores ou conselhos”; “não discute política”; “não é afiliado a partidos políticos”; “não manifesta valorização da democracia” e “manifesta características da ideologia dominante”.

Observou-se que, das dez pessoas entrevistadas, quatro não apresentaram falas que pudessem ser consideradas manifestação do vínculo com a comunidade ou com a sociedade de modo geral. É importante destacar, novamente, que, dessas quatro, três estão na cooperativa há menos de seis meses. Apenas duas pessoas não atribuem importância à participação política, sendo que estas duas também estão na cooperativa há menos de seis meses.

Duas pessoas nunca participaram em organizações como associações de moradores,

ONGs, conselhos, sendo que estas pessoas estão na cooperativa há menos de seis meses. Quatro pessoas não discutem política, sendo que, destas, três estão na cooperativa há menos de seis meses. Três pessoas não demonstraram valorizar a democracia, sendo que, destas, apenas uma ingressou há seis meses, ou seja, tendo em vista que se considerou como valorização da democracia o apreço pelo poder compartilhado, observa-se que duas das pessoas que participaram da fundação do empreendimento parecem não atribuir muita importância ao fato de poderem geri-lo democraticamente. Uma delas, inclusive, afirma que gostaria que houvesse um gerente para coordenar o trabalho.

Como numa empresa, você tem o teu líder, tem... tem o encarregado, ele... eles determinam as tarefas pra fazer e a pessoa tem que fazer... E aqui as vezes a gente fala: vamos fazer tal tarefa; e a pessoa diz: não, eu... aqui ninguém manda... Então é complicado trabalhar com... Cooperativismo. (Albertina)

Com relação a não vinculação a partidos políticos, o número é expressivo: oito pessoas, sendo que as duas pessoas que possuem vinculação a algum partido já o tinham antes de ingressar na cooperativa. De tal modo, observa-se que a inserção no empreendimento, embora tenha promovido a participação em espaços de luta por interesses políticos, não promoveu o engajamento, de fato, a partidos políticos.

Através dessas características, já é possível supor que algumas das pessoas entrevistadas apresentam a visão ideológica da classe dominante, logo, manifestam a personagem indivíduo. Contudo, a manifestação desta ideologia faz-se mais clara nas falas das cooperadas Vanessa, Suzana e Laudicéia, que estão na cooperativa há menos de seis meses:

Política é pros grandões [sic]... acertar as coisas da gente né (Vanessa).

Política sempre... Política pra mim é sempre assim: eles vêm só na época de eleição... Aí eles aparecem. Eu não entendo nada de política, nunca procurei entender... Não faço nem questão de entender (Suzana).

Porque o mundo está assim né. Não é o mundo, são as pessoas, um quer saber mais que os outros, querem ... pisar em cima dos outros. Não tem sentido isso né, mas... O pessoal é assim né. Fazer o que? (Laudicéia).

Ao se analisar essas falas, observa-se que as entrevistadas apresentam desinteresse pelas questões políticas de sua sociedade, manifestando uma atitude conformista e eximindo-se do envolvimento em movimentos de reivindicação pelos direitos coletivos.

Entretanto, é importante destacar o fato de que, como essas cooperadas estão na cooperativa há pouco tempo, ainda não passaram pelas formações em Economia Solidária e, conseqüentemente, podem ainda não ter entrado em contato com valores divergentes aos da ideologia dominante.

Manifestação da Personagem Cooperado

Segundo Lima, “na concepção desenvolvida por Ciampa, a identidade do humano ‘é construção, reconstrução e desconstrução constantes, no dia-a-dia do convívio social, na multiplicidade das experiências vividas’” (2008, p.94), ou seja, “a identidade se concretiza na atividade social” (Ciampa, 2001, p. 86). Dessa forma, entende-se que a rotina na cooperativa acaba por moldar as identidades das pessoas envolvidas, fazendo com que a atividade autogestionária seja incorporada à suas subjetividades, promovendo, então, a construção da personagem cooperado, cujas características são: demonstrar vínculo com a cooperativa, demonstrar vínculo com as cooperadas e incluir a cooperativa em seu projeto de vida.

Deve-se pontuar que a incorporação da cooperativa à identidade discutida nessa categoria não remete à re-posição das predicções sociais, que consistiria na identidade-mito descrita por Ciampa (2001), mas à construção da identidade-metamorfose, caracterizada, segundo o mesmo autor, pela capacidade de autodeterminação, isto é, de procurar a unidade entre a subjetividade e a objetividade. Entende-se, assim, que a manifestação da personagem cooperado remete à visão de que esta personagem é uma possibilidade de vida que merece-ser-vivida.

Observou-se que, dos dez entrevistados, seis demonstram vínculo com a cooperativa, isto é, demonstram estar apegados com a cooperativa enquanto entidade, sendo que todos eles participaram da fundação do empreendimento. Exemplos deste grupo são as cooperadas Albertina e Jucélia:

Ah, acho que ela [a cooperativa] é muito importante, que é um pedaço de mim né. Desde o início... Então acho que se a gente se desligar né... é a mesma coisa que abandonar um filho né, porque desde o início a gente está ali e... Eu acho que a gente... Ela é muito... É parte da gente né (Albertina).

Eu prefiro trabalhar aqui. Porque já apareceu oportunidade de trabalhar em firma registrada, mas eu não saio daqui (Jucélia).

Os trechos apresentados demonstram a importância que a cooperativa tem na vida dessas

pessoas, mesmo sem possibilitar a obtenção de uma renda elevada: “*Máximo é quatrocentos e oitenta, quinhentos por mês, não chega ao mínimo*” (João). Isto sugere que, como já mencionado anteriormente, o investimento afetivo na cooperativa é um dos principais motivos que fazem com que essas pessoas continuem lutando para manter seu empreendimento. De tal modo, pode-se dizer que as pessoas entrevistadas internalizaram, de fato, a personagem cooperado às suas identidades, e mais, que esta é uma das personagens com as quais mais se identificam. Todo o investimento na cooperativa, por sua vez, pode também ser atribuído ao reconhecimento social que essas pessoas conseguem por meio dela:

A gente é visto melhor também né, pela sociedade... A gente tem, também, muita ajuda, a gente recebeu muita visita, a gente... A gente tem liberdade assim, quando falamos que nós somos da Cooperativa, nós somos mais bem recebidos né, mais bem vistos. (Albertina)

Pode-se supor que este reconhecimento, por si só, faz com que a personagem cooperado consista em uma possibilidade de identidade que “merecer-vivida” (Ciampa, 2001). No entanto, oito pessoas apresentaram forte vínculo com as colegas de trabalho, como é o caso de Valdívia: “*Que a gente se forma assim tudo solidário um com o outro né. Então hoje eu achei que é muito importante esse trabalho nosso aqui, que a gente tá trabalhando em grupo e é uma família*” (Valdívia). Isto, por sua vez, mostra a importância das relações sociais, principalmente quando carregadas de emoção, na construção das identidades.

Os outros significativos ocupam uma posição central na economia da conservação da realidade. São particularmente importantes para a progressiva confirmação daquele elemento crucial da realidade que chamamos identidade. Para conservar a confiança de que é na verdade a pessoa que pensa que é, o indivíduo necessita não somente a confirmação implícita desta identidade, que mesmo os contatos diários casuais poderiam fornecer, mas a confirmação explícita e carregada de emoção que lhe é outorgada pelos outros significantes para ele. (Berger & Luckmann, 1985, pp.199 – 200)

De tal modo, pode-se dizer que as pessoas entrevistadas apresentam forte vínculo afetivo umas com as outras, chegando a se considerar uma família: “*em termo de relação humana, é a minha segunda família*” (Irma). Estes laços, por sua vez, fortalecem a construção da personagem cooperado, que se torna muito valiosa na medida em que lhes confere um lugar nessa segunda família. Em outras palavras, na perspectiva de Ciampa (2001), enquanto

autodeterminação, ou seja, enquanto possibilidade de ser-para-si, de viver uma existência que merece-ser-vivida, a afetividade entre essas pessoas legítima e valoriza a re-posição da personagem cooperado.

Outra importante subcategoria levantada aqui diz respeito à predominância da cooperativa no projeto de vida dos entrevistados, pois, além de indicar sua identificação com a cooperativa, demonstra que os mesmos estão próximos da condição de ser-para-si, ou seja, da autodeterminação.

Segundo Ciampa, “cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida-que-nem-sempre-é-vivida no emaranhado das relações sociais” (2001, p.127). Isto significa que o projeto de vida é um indicador importante para se avaliar a identidade de uma pessoa, sendo que a autodeterminação aparece na medida em que suas ações concretas são coerentes ao seu projeto de vida, ou seja, se a pessoa procura “a unidade da subjetividade e da objetividade, que faz do agir uma atividade finalizada, relacionando desejo e finalidade, pela prática transformadora de si e do mundo” (Ciampa, 2001, p.146). Dessa maneira, observa-se que cinco das entrevistadas – todas elas membros da cooperativa desde a sua fundação – focam seus projetos de futuro em planos para a cooperativa:

Ah, daqui cinco anos eu quero ver se eu to... Mais velha né, mas melhor de vida [risos]... Com certeza né... Daí eu queria ver se sobe mais isso aqui e cresce, tá crescendo bem né... Então a gente tá... Trabalhar pra crescer mais né (Valdívia). Daqui a cinco anos eu espero que a gente consiga tirar um pouco mais [de dinheiro] disso aqui né... a gente tá tentando, junto com [a ONG] lá na câmara, na prefeitura um terreno maior, mais próprio pra botar a cooperativa... daí acho que o trabalho vai render mais né... (Jucélia). Eu quero tá trabalhando numa empresa, porque ganha mais né... mas não quero me desligar daqui, pretendo fazer que nem o seu João tá fazendo agora né... trabalhar aqui só nos final de semana... eu já fiz assim uma época (Albertina). Daqui a cinco anos eu espero tá aposentado, falta só mais dois anos pra eu me aposentar... agora eu to trabalhando aqui só sábado praticamente, porque eu tenho esse emprego na secretaria de obras né... mas depois que eu me aposentar vou ficar só aqui (João). Daqui cinco anos... o que que eu vou te dizer... vamo vê... [falou de vários projetos individuais]... quanto a cooperativa, eu espero que a gente consiga regularizar né... porque do jeito que tá agora dá muito problema, porque não tá de acordo com as lei né... a prefeitura as vezes bate aqui pra incomodar a gente, porque esse terreno na verdade era pra ser só pra moradia né, não pode ter empresa aqui (Irma).

De tal modo, por meio dessa categoria, pôde-se observar que grande parte dos entrevistados tem conseguido agir sobre a realidade objetiva, isto é, sobre sua vida concreta, no sentido de aproximá-la de sua realidade subjetiva, ou seja, de seus desejos, expressados por seus projetos para o futuro, os quais, por sua vez, incluem o progresso da cooperativa, que pode, então, ser considerado um aspecto fundamental de suas identidades. Contudo, deve-se ter em vista que as entrevistas foram realizadas na cooperativa, o que pode ter contribuído para que a maioria das entrevistadas lembrasse primeiramente da cooperativa quando questionadas sobre seus planos para o futuro.

Houve, também, pessoas que apresentaram falas que indicam a não internalização da personagem cooperado, dando origem às seguintes subcategorias: “não manifesta vínculo com a cooperativa”, “não manifesta vínculo com as cooperadas” e “não inclui a cooperativa em seu projeto de vida”. Observou-se que quatro das pessoas entrevistadas não demonstram vínculo com a cooperativa e que cinco pessoas não incluem a cooperativa em seus projetos de vida. No entanto, é importante esclarecer que, nessas duas subcategorias, estão presentes as três cooperadas que ingressaram na cooperativa há menos de seis meses, das quais a ausência de tal vínculo não é de causar espanto.

Relações entre a inserção na cooperativa e a cidadania

Esta categoria remete a características que afirmam ou negam a importância da cooperativa no que se refere à promoção do exercício da cidadania entre os cooperados. O principal fator que indica a influência da inserção na cooperativa e o exercício da cidadania é que as três cooperadas que apresentaram características da personagem indivíduo e praticamente não apresentaram características da personagem cidadão estão na cooperativa há menos de seis meses.

Entre os fatores que negam a importância da cooperativa para o desenvolvimento da personagem cidadão, podemos citar os casos do cooperado João, que já foi presidente da cooperativa, e a cooperada Irma, que é a atual presidente da cooperativa. João já era filiado a um partido político, e membro da associação de moradores do bairro, antes de se inserir na cooperativa. Irma foi líder de um movimento em prol dos direitos das famílias que ocuparam o bairro Paranaguamirim. Ambos, portanto, já apresentavam as características da personagem cidadão antes de ingressarem na cooperativa, o que nega a sua importância para a construção desta personagem em suas identidades.

No entanto, a partir dessas evidências, é possível supor que, como ambos atuam como líderes na cooperativa, seus valores – que não decorrem predominantemente da inserção na cooperativa – influenciaram as outras cooperadas, instalando-se como valores do grupo. Em outras palavras, pode-se dizer que, como João e Irma são os cooperados que mais se destacam no grupo, acabam sendo “outros significativos” (Berger & Luckmann, 1985) para todas as demais e, provavelmente, serviram de modelo para que elas construíssem suas identidades.

Também é importante mencionar que a ONG que assessora a cooperativa promoveu a participação das cooperadas em atividades educativas e capacitações por meio das quais essas pessoas entraram em contato com os valores da Economia Solidária, que, como discutido anteriormente, incluem a busca pelo bem estar da sociedade e do ecossistema (Guareschi & Veronese, 2009). Tais formações também podem ter contribuído para a construção dos valores das participantes.

Questões Relevantes

Foram levantadas outras categorias que não puderam ser agrupadas dentro dos principais núcleos citados, mas que podem contribuir para a compreensão dos resultados, na medida em que complementam as demais categorias.

Dentre essas categorias, a mais proeminente é o número de filhos, pois oito das pessoas entrevistadas possuem mais de três. Este dado sugere que as dificuldades financeiras inerentes à criação dos filhos pode ser um fator importante no que diz respeito à motivação para trabalhar na cooperativa, tendo em vista, principalmente, que duas cooperadas dependem, exclusivamente, da renda obtida com a cooperativa para viver e sustentar seus filhos. Contudo, é necessário relevar que a maioria das cooperadas tem filhos que já atingiram a maioridade e que, por isso, ou não vivem mais com as mães ou já contribuem com a renda da família.

São significativas, também, as categorias valorização do trabalho, exemplificada por Albertina: “*Ah, o trabalho é uma coisa digna né, porque você pensa, todo trabalho é um... Acho que o orgulho, a dignidade é a melhor qualidade que a pessoa pode ter né*”; e a manifestação de espiritualidade, por sua vez exemplificada por Irma: “*Eu acho que o primeiro lugar é espiritual. ... Porque se eu não estiver com o meu espiritual tranquilo, calmo... não tem como!*”.

Acredita-se que a categoria valorização do trabalho tenha contribuído na internalização

da personagem cooperado, pois faz com que o desempenho deste papel social torne-se muito valioso para essas pessoas – já que o cooperado é, também, um trabalhador. A categoria espiritualidade, por sua vez, parece contribuir para promover, entre eles, a fé. Esta fé, por sua vez, contribui no sentido de fortalecer a determinação das cooperadas na luta para manter o empreendimento, como é o caso de Valdívia: “*A cooperativa. Em estar desenvolvendo mais, em estar evoluindo mais o serviço. Então... a gente pede a Deus pra isso*”.

Outra questão importante é o fato de que cinco das cooperadas relataram já ter tido depressão e, em função da cooperativa, se recuperaram ou, pelo menos, melhoraram: “*Ai, trabalhar... eu acho que é bom pra mente, pra tudo né. Porque eu tava com depressão lá em casa e... andava doente... Depois que eu vim pra cá eu melhorei 100%*” (Laudicéia).

De acordo com Ciampa (2001), a depressão pode ser entendida como uma crise do ator-sem-personagem, ou seja, como uma condição em que a pessoa, sem ter o seu lugar estabelecido nas relações sociais, sem poder desempenhar personagens que viabilizem a unidade entre subjetividade e objetividade, encaminha-se para a morte, que é primeiramente psíquica. “Enquanto a morte biológica não sobrevém, sua identidade de alguma forma precisa ser representada, levando-o enquanto não falece, a viver uma personagem adequada, nem que seja a de moribundo, zumbi, etc.” (Ciampa, 2001, p.158).

Assim, pode-se supor que, antes de entrarem na cooperativa, essas pessoas desempenhavam personagens que não eram valorizadas, nem pela sociedade nem por elas próprias, ou, talvez, nem tivessem uma personagem para interpretar. Assim, a cooperativa proporcionou a construção de uma personagem que lhes possibilitou reconhecimento dentro de um grupo e na sociedade, ou seja, lhes apareceu como uma oportunidade de construir uma vida-que-merece-ser-vivida.

É interessante pontuar, porém, que a maioria dessas pessoas demonstrou grande valorização do trabalho, mas afirmou que, quando estavam em depressão, não estavam trabalhando. Isto pode indicar que a possibilidade de trabalhar já proporcionou a melhor aceitação delas próprias e, conseqüentemente, favoreceu a unidade entre objetividade e subjetividade.

Considerações finais

Considerando o que foi apresentado e discutido neste trabalho, pode-se dizer que as entrevistadas

e o entrevistado que estão na cooperativa desde a sua fundação incorporaram a cooperativa à suas identidades e aos seus projetos de vida, sendo que, para dar prosseguimento a este projeto, participaram e continuarão participando de ações políticas frente à sociedade, ou seja, exerceram e terão de continuar exercendo a cidadania.

Há evidências de que a personagem cidadão está muito mais presente nas identidades das pessoas que fundaram a cooperativa do que naquelas que se integraram ao grupo há menos de seis meses. Esta personagem, no entanto, parece possibilitar a re-posição da personagem cooperado e, por isso a mobilização dessas pessoas nas reivindicações pelos interesses do bairro não é tão significativa quanto a sua luta para manter a cooperativa. Acredita-se que esta divergência dá-se porque, ao contrário da cooperativa, a sociedade não oferece, ou oferece poucos meios, para que as pessoas interajam coletivamente em prol da transformação de sua realidade. A inexistência desses meios, além de dificultar a organização das pessoas na luta por seus interesses, dificulta a formação de vínculos entre essas pessoas e, conseqüentemente, dificulta a construção de uma identidade de grupo, uma identidade comunitária.

É necessário mencionar que os valores internalizados pelas cooperadas podem ter sido influenciados pela sua participação nas formações promovidas pela ONG que assessora o empreendimento. Não foi possível, entretanto, mensurar o quanto estas formações foram importantes na constituição da personagem cidadão das cooperadas.

Assim, a partir do exemplo da cooperativa estudada, conclui-se que a construção da cidadania, dentro da sociedade como um todo, pressupõe a existência de espaços que viabilizem a construção de vínculos afetivos entre seus semelhantes, e onde as pessoas possam sentir-se, ao mesmo tempo, autoras e protagonistas de sua própria história.

Referências

- Aguiar, W. M. J. (2007). A pesquisa junto a professores: fundamentos teóricos e metodológicos. In W. M. J. Aguiar, *Sentidos e significados do professor na perspectiva sócio-histórica relatos de pesquisa* (pp. 11-22). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Amorim, M. S. S. (2007, abril). Cidadania e participação democrática. In *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia* (pp. 366-379). Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS/UFSC.
- Azambuja, L. R. (2009, junho). Os valores da economia solidária. *Sociologias*, 21, 282-317.

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Berger, P. T. & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (12ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bock, A. M. B. (2003). *Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo*. In S. Ozella (Org.), *Adolescências construídas - A visão da psicologia sócio-histórica* (pp. 203-222). São Paulo: Cortez.
- Castro, L. R. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), 253-268.
- Ciampa, A. C. (2001). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social* (7ª reimp. da 1ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Guareschi, P. A. & Veronese, M. V. (2009, janeiro/março). Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. *Psico*, 40(1), 94-101.
- Hall, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade* (7ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (1998). Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. In *Legislação Cooperativista e Resoluções de Conselho Nacional de Cooperativismo* (7ª ed., p. 6). Brasília: Presidência da República.
- Lima, A. F. (2008). Dependência de drogas e psicologia social: um estudo sobre o sentido das oficinas terapêuticas e o uso de drogas a partir da teoria de identidade. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 91-101.
- Marx, K. & Engels, F. (1998). *A ideologia alemã* (L. C. C. Costa, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1846)
- Monteiro, R. A. P. (2006). *Do direito à participação: considerações sobre a cidadania de crianças e jovens no contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Petersen, A., Corsetti, E., Pedroso, E. M. K., & Ulrich, M. A. (1998). *Ciências Políticas: textos introdutórios*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Simionatto, I. (2009, junho). Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Revista Katálysis*, 12(1), 41-49.
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Vygotsky, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934)

Submissão em: 21/08/2011
1ª. Revisão em: 29/03/2012
2ª. Revisão em: 16/10/2013
Aceite em: 07/03/2014

Fernando Petersen é Psicólogo pela Faculdade Guilherme Guimbala (2010), atuando como psicólogo escolar na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC. Endereço: Rua do Príncipe, 330, ap. 212. Centro. Joinville/SC, Brasil. CEP: 89201-000.
E-mail: fernando-petersen@hotmail.com

Thiago Galdino de Souza é Psicólogo pela Faculdade
Guilherme Guimbala.

E-mail: thiagopsbq@hotmail.com

Andréia de Araripe Lopes é Professora da Faculdade
Guilherme Guimbala, mestre em Psicologia social do
trabalho pela Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: araripelopes@gmail.com

Como citar:

Petersen, F., Souza, T. G., & Lopes, A. A. (2014). Relações
entre autogestão e cidadania: o papel da participação em
uma cooperativa na construção da identidade de cidadão.
Psicologia & Sociedade, 26(2), 483-495.